MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.104, DE 2022

Acrescenta-se dispositivo à Medida Provisória nº 1.104, de 15 de março de 2022.

O artigo 10 da Lei nº 10.833, de 2003 passa a vigorar acrescido do inciso XXXI, com a seguinte redação:

XXXI – as receitas provenientes dos serviços prestados pelas empresas municipais de abastecimento de água e saneamento básico.

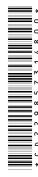
Justificativa

A medida, se aprovada, envolverá a pequena renúncia de recursos obtidos por meio da PIS/Cofins recolhida pelo setor público municipal.

Entretanto, trata-se de medida considerada vital para acelerar investimentos prioritários dos entes governamentais, municipais onerados excessivamente pelas alíquotas do PIS/Cofins e ainda da alta de custos como energia elétrica e insumos, para o tratamento de água e esgoto.

Nesse sentido, é de suma importância apoiar esse importante setor com redução das alíquotas de PIS/Cofins.







Sala de sessões, em 18, de março de 2022.

Deputado Filipe Barros Paraná



